

VIA TEOLÓGICA

Volume 22 – Número 44 – dez / 2021

ISSN 1676-0131 (IMPRESSA)

ISSN 2526-4303 (ON LINE)

ARTIGO

RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE O PÚLPITO E O PALANQUE ELEITORAL: OS EVANGÉLICOS?

*Cleberson Williams dos Santos
Jean-Luc Fobé*

RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE O PÚL- PITO E O PALANQUE ELEITORAL: OS EVANGÉLICOS?

Religion and politics between the pulpit and electoral platform:
evangelicals?

Cleberon Williams dos Santos¹
Jean-Luc Fobé²

-
- 1 Doutor em Administração pela FGV, Graduado em Direito pela UNAMA, Especialista em Educação pela UFAL e Teologia pela FBMG, Graduando em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro – Seminário do Sul. E-mail: cwsdireito@gmail.com
 - 2 Professor do SEBAP/SP, Mestre em Teologia pela PUC/SP. E-mail: jeanfobe@yahoo.com

RESUMO

O artigo aborda os conceitos sobre religião, política, evangélicos e a presença do evangélico entre o púlpito e o palanque. Tem como objetivo descrever a participação dos evangélicos na política estando inserido no contexto religioso. Trata-se de uma revisão de literatura com análise descritiva, com consultas a bancos de dados. O texto traz a discussão sobre o comportamento apolítico de membros de igrejas e a relevância de participação no processo político. Uma das conclusões é que o campo político é considerado uma boa oportunidade de influenciar a criação de leis mais justas que garantam melhores condições de vida as pessoas.

Palavras-chave: Religião. Política. Evangélicos.

ABSTRACT

The article discusses the concepts of religion, politics, evangelicals, and the presence of the evangelical between the pulpit and the platform. It aims to describe the participation of evangelicals in politics in the religious context. This is a literature review with descriptive analysis, with database consultation. The text brings the discussion about the apolitical behavior of church members and the relevance of participation in the political process. One of the conclusions is that the political field is considered a good opportunity to influence the creation of more just laws that guarantee better living conditions for people.

Keywords: Religion. Politics. Evangelicals.

INTRODUÇÃO

Religião e política crescem e mudam juntas nas sociedades e culturas. Apresentam estruturas comuns de significado e ação de unir os dois domínios em um, como noções de autoridade, hierarquia, e comunidade (para citar apenas alguns pontos de contato) trazem religiosos e ativistas políticos juntos - muitas vezes em apoio mútuo, frequentemente em conflito. Mudanças nas religiões e na política levam a uma luta para controlar a direção e para moldar o significado de uma nova relação emergente entre crenças religiosas e ações políticas.³

Grudem, comentando sobre religião, destaca duas ideias equivocadas, uma é a visão de impor a religião, e a outra é que devemos excluir a religião inteiramente do governo e da política. Visão essa, que as crenças religiosas jamais deveriam ser mencionadas em eventos governamentais ou em locais que pertençam ao governo e em hipótese alguma exercer qualquer função no processo de tomada de decisões políticas e governamentais. Pois, o lugar da crença religiosa deveria ser restrito ao lar, praticada de modo discreto e que os grupos religiosos não devem influenciar no processo político.⁴

Excluir a religião do governo é um erro, pelo fato que afasta do governo os ensinamentos de Deus a respeito do bem e do mal. A própria Bíblia em Romanos 13.4 descreve que a autoridade governamental é serva de Deus para o teu bem. O problema que surge é como as autoridades governamentais servirem a Deus de forma plena se elas não podem dizer o que Deus espera das autoridades. Outra passagem bíblica expressa em 1 Pedro 2.14 enfatiza que os governantes são enviados para punir as pessoas que praticam o mal e honrar os que praticam o bem. Mas como fazer se há o constrangimento aos representantes da

3 LEVINE, Daniel H. **Religion and Politics in Latin America: The Catholic Church in Venezuela & Colombia**. Princeton University Press, 2014.

4 GRUDEM, Wayne A. **Politics according to the Bible: A comprehensive resource for understanding modern political issues in light of scripture**. Zondervan, 2010.

religião dar conselhos sobre o bem e o mal.⁵

Na maioria das tradições culturais, religião e política foram intimamente associadas. Na verdade, os antropólogos e historiadores nos lembram que a ideia de que deveriam ou poderiam ser separadas é uma ideia muito recente, fundamentada no desenvolvimento da sociedade ocidental, desde a reforma protestante. Antes do aparecimento da ideia de sociedade secular e sua propagação mundial. Os objetivos finais da religião e da política eram geralmente indistinguíveis. Mesmo existindo disputas surgiram entre as autoridades: i) reis, ii) sacerdotes, iii) imperadores, e iv) Papas, mas essas disputas eram uma forma de demonstrar quem realmente controlava e orientava a totalidade da vida.⁶

A atitude de excluir a religião do governo parte da ideia de que Deus não existe, ou se ele existir, não há como conhecer seus padrões morais. A Bíblia exemplifica algumas situações em que o povo de Deus orientava os governantes: i) Daniel dialogou com Nabucodonosor rei da Babilônia em 600 a. C., para que esse abandonasse os pecados, praticasse a justiça, renunciar as maldades, usar de misericórdia com os pobres, texto com base em Daniel 4.27; ii) João Batista censurou Herodes – tetrarca (autoridade sob o Império Romano) por manter relações com Heródias, casada com o seu irmão, e por todos os males que tinha feito na condição de governante – Lucas 3.19, iii) Paulo conversou com o governador Félix (At 24.25) sobre a justiça e o domínio próprio. Pediu explicações sobre a sua conduta como governante sob o domínio do Império Romano.⁷

Questões de divisão e delimitação de duas esferas da vida, secular e sagrado, não estavam em questão. Esta fusão generalizada de religião e política levam a muitas formas: i) pode ser expressa na forma e no conteúdo da lei, ii) Nas estruturas de educação; iii) na natureza das sanções aprovadas e mecanismos

5 GRUDEM, 2010.

6 LEVINE, 2014.

7 GRUDEM, 2010.

de resolução de conflitos sociais, e iv) nos processos aceitos para legitimarem as autoridades. Todas essas manifestações são expressões de uma crença de que os valores que influenciam os indivíduos e informam as estruturas das instituições não podem ser separados daqueles que relacionam os indivíduos com o transcendental ou divino. O mundo é, portanto, uma teia sem costura, e a Religião une tudo ao infundir cada ato com um significado transcendental.⁸

O ensinamento de todo evangelho deve incluir também o que a Bíblia diz a respeito de um governo civil. Isso significa que os cristãos aprenderão na Bíblia sobre como orientar os governos de forma positiva. A inserção do cristão na política compreendido como um benefício espiritual, consolidado no entendimento de que se esta inserção está firmada no que Deus nos ensina nas escrituras, a resposta é lógica, sim. Pois, agrada a Deus, em conformidade com 1 João 5.3 – *Porque o amor de Deus está nisto: em guardarmos seus mandamentos*. Cumprir os mandamentos de Deus referente ao governo é um modo de mostrar amor por ele.⁹

A religião, portanto, tornou-se um problema na política como uma instituição para ser tratada e controlada e, além disso, como uma potencialmente perigosa fonte de oposição se ameaçada. Do ponto de vista de religião, a política não representava menos problemas. O tipo mais comum de problema veio da intromissão do Estado em áreas anteriormente deixadas para a Igreja, como: i) registro, ii) educação e iii) casamento. Porém, em um nível mais profundo, a política também representou um desafio para a autoridade geral da Igreja. Pelo fato de que o padre ou bispo tinham sido os guias geralmente aceitos na comunidade, agora líderes sociais e políticos surgiram para oferecer alternativas seculares para direcionarem a igreja. O desafio era duplo: i) grupos seculares tinham caminhos alternativos definidos de ação, independente da sanção ou autoridade de líderes

8 LEVINE, 2014.

9 GRUDEM, 2010.

religiosos; ii) os grupos competiram abertamente com a Igreja pelos membros. A ilustração mais notável, claro, é o desenvolvimento dos sindicatos e de toda uma subcultura socialista entre os trabalhadores industriais.¹⁰

Grudem enfatiza que a ideia de que os cristãos devem se dedicar ao evangelismo, e não à política é equivocada, pelo fato de que o evangelho todo inclui a transformação social. Não há dúvida alguma que devemos proclamar o perdão dos pecados pela fé em Cristo. Este é reconhecido como a única forma de que as pessoas verdadeiramente serão transformadas. Porém, o perdão do pecado não é a única mensagem do evangelho. O próprio Cristo almeja que as vidas sejam transformadas e por meio dela um mudo transformado. As boas novas do evangelho resultarão em vidas transformadas, e ao transformar vidas, os resultados serão: i) bairros transformados, ii) escolas transformadas e iii) governos transformados.¹¹

108

Para generalizar ainda mais sobre as relações entre as religiões e a política nos tempos modernos é definitivamente arriscado, talvez imprudente, dada a enorme heterogeneidade de expressões religiosas, desde o estabelecimento de religiões institucionalizadas para variedades folclóricas menos formais, e as formas quase igualmente diversas de política. A tarefa é simplificada de certa forma, tendo uma visão bastante estreita de ambas: religião e política, mas mesmo assim a distinção é mais teórica do que real. Onde a religião lida com o sobrenatural e os centros em torno de instituições como: i) sinagogas, ii) mesquitas e iii) igrejas, a política diz respeito à maneira de como a sociedade se organiza e se governa. Ponderando que a religião é muitas vezes direcionado ao privado, as experiências que envolve as questões espirituais pessoais, a política é um expressão pública dos desejos coletivos da sociedade. Considerando que religião vê a existência temporal como preparação para propósi-

¹⁰ LEVINE, 2014.

¹¹ GRUDEM, 2010.

tos espirituais mais elevados, e a política considera a existência terrena um fim em si mesma.¹²

Enquanto a religião olha para a oração e o ritual, a política torna-se mais para o racional, científico e material. Essa divisão de religião e política, é claro, é inteiramente pura, pois sugere claramente definida e mutuamente compreendia as fronteiras entre autoridades espirituais e seculares. Destaca-se que tanto a religião quanto a política buscam as paixões humanas em suas mais profundas. O que agrava a relação é quando se intitulam ou presume como sendo o único protetor dos valores morais da sociedade, empregando o estado para impor sua vontade na comunidade, ou quando o estado estabelece um novo direcionamento em desacordo com o sentimento religioso crescente.¹³

Os cristãos vivenciam duas tensões: i) Os mandamentos de Deus, suas responsabilidades como cidadãos do reino de Deus, ii) seus deveres como cidadãos de um estado específico. Um fato pertinente ao exposto, é que o Novo Testamento dá a orientação de nos submetermos às autoridades, porém visualiza o Estado em determinadas situações como um Estado bestial. Devemos lembrar que a distância do que está expresso em Romanos 13.1-7 e Apocalipse 13 – 14 é bem curta. Ressalta-se que os valores cristãos têm como fundamento o mandamento de Cristo, em amar o nosso próximo como a nós mesmos. Independentemente dos valores estarem alinhados com o do Estado, tomando como exemplo, os estados democráticos, não estamos limitados a optarmos em qualquer momento da história a figura do Estado está atuando como servo desconhecido do Deus vivo com a finalidade de buscar a justiça e o bem-estar, e em vez dessa opção, almeja-se agir como uma besta que busca aniquilar os cristãos.¹⁴

12 STOREY, John Woodrow; UTTER, Glenn H. **Religion and politics: a reference handbook**. ABC-CLIO, 2002.

13 STOREY; UTTER, 2002.

14 CARSON, Donald A. **A intolerância da tolerância**. Tradução de Érica Campos. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

1. RELIGIÃO E POLÍTICA: HISTORICIDADE E CONCEITOS ELEMENTARES

Falar de religião é falar da instituição igreja, e falar de política é falar de Estado. Estas organizações defrontam-se, cristalizadas em unidades distintas e sólidas, e o espírito que marca os dois é distinto e sólidos. Os conceitos de religioso e do político acompanharam as instituições e os seus símbolos. Por religião compreende-se como manifestações do tipo do cristianismo e das religiões redentoras, o Estado pode ser entendido como organizações políticas do tipo Estado-Nação moderno.¹⁵

Rauschlolb e Martins Filho destacam que o Estado é uma sociedade fundada a partir de um pacto consensual onde as pessoas transferem a um poder supremo a autoridade para solucionar as controvérsias e reparar danos, buscando sempre a preservação dos bens civis. Já a Igreja, é uma sociedade livre e voluntária, em que as pessoas podem se associar ou não, possuindo, além disso, liberdade para entrarem e saírem quando quiserem.¹⁶

A igreja tem por função cuidar da salvação das almas de seus fiéis. Locke estabeleceu uma função para cada uma das duas sociedades, sendo que enquanto uma deve cuidar das coisas materiais, a outra é convocada a cuidar da parte espiritual dos homens.¹⁷ Partindo destas funções o filósofo inglês entende existir uma esfera de ação permitida para a Igreja e o Estado. Logo, a fronteira dessa esfera delimita o ponto entre a jurisprudência da Igreja e do Estado.¹⁸

O homem diante da filosofia e a teologia reconhece a existência e sua realização na política, apenas em relação dos direi-

15 VOEGELIN, E. **As religiões políticas**. São Paulo: Veja, 2002.

16 RAUSCHKOLB, Alan Santana; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. On the Limits Between Religion and Politics: Contributions of John Locke for Thinking the Present. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 28, n. 1, p. 18-30, 2018.

17 LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância (1689)**. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

18 RAUSCHKOLB; MARTINS FILHO, 2018.

tos iguais em que os mais diferentes proporcionam a si mesmos. A Filosofia não se limita em encontrar o locus originário da política, visto que, não há algo político na essência humana, que naturalmente é apolítico. A política surge entre os homens, ou seja, fora dos homens, no intraespaço e se materializa como relação, sendo centrada na na liberdade, seja negativa em não dominar ou ser dominado e positiva em um locus que só pode ser pautado no convívio de muitas pessoas, que se locomovem entre iguais, sem a presença desses elementos não haveria liberdade.¹⁹

Aristóteles utilizou a palavra *politikon* como uma qualidade da organização da polis e esta reconhecida como a forma mais elevada de coexistência humana, fato este, atributo especificamente humano. Porém, não entendia que todos os homens fossem políticos ou que a política – *polis* fosse uma realidade em todos os lugares onde vivessem todos homens. Não foram incluídos os escravos e os bárbaros asiáticos. Conviver na *polis* diferente de outros modelos de convivência humana, pautava-se na liberdade, mas não é plausível o entendimento de que a política como um meio de garantir aos homens a liberdade, pois para os gregos ser livre e viver na *polis* eram sinônimos. Havia a necessidade de ser livre de todo tipo de trabalho para que pudesse ser livre para a coisa política.²⁰

A política tem como fundamento a pluralidade dos homens, Deus criou o homem. A filosofia e a teologia têm entre outros objetos de estudo o próprio homem e seus posicionamentos seriam corretos mesmo se não houvesse outros homens, ou somente dois homens, ou homens idênticos. Atinente a essa característica não encontram respostas válidas para o significado do que realmente vem a ser política. Para o pensamento científico há apenas o homem, porém na biologia, psicologia, filosofia e na teologia, tomando a mesma linha de pensamento, para a zoologia existe apenas o leão, ou os leões seriam de interesses apenas para os leões.²¹

19 ARENDT, Hannah et al. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

20 ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

21 ARENDT, 1998.

O sentido da política é a liberdade, esta imperiosa para a vida humana, assim como para a vida do indivíduo quanto para a sociedade. O homem não é visto como um ser autárquico, a dependência de outros é uma condição *sine qua* de sua própria existência. Há necessidade de se prover da vida relativa a todos, ao contrário seria impossível garantir a convivência em sentido amplo.²²

A maioria dos cristãos compreende a política: i) como mundana, não sendo, locus para os crentes e ii) não há o que se fazer, resta apenas levar o evangelho e confiar no retorno do Senhor. O desconhecimento da teologia política como valores éticos, é marca registrada. A leitura bíblica pertinente ao social e ao político recebe uma dimensão limitada a espiritualização, com isso, distorce a essência original. Ressalta-se que a categoria mundo é confundida por muitos leitores, devido aos vários sentidos, e isso também é agravado pela leitura rasa da escatologia pré-milenistas que levam a: i) esperar pelos acontecimentos futuros, leva a uma imobilidade para as coisas presentes, ii) viver a pós-história e esquecer a história presente.²³

Arendt (1998) compreende que a política enfatiza a convivência entre os diferentes. Os homens almejam se estruturar politicamente com o propósito de coisas comuns, vitais em um caos absoluto e suas diferenças. Os homens estabelecem os corpos políticos sobre a família nas quais está compreendido o parentesco em vários graus, sejam o que ligam os diferentes ou as formas individuais semelhantes que se separam uma das outras nesse contexto de organização. A diversidade originária pode ser extinta de modo efetivo, ou prejudicar a igualdade essencial aos homens. A degradação da política em ambos os casos surge do desenvolvimento de corpos políticos a partir da família, estas que são estabelecidas como abrigos e castelos sólidos em um contexto adverso no qual se necessita dos parentes. Esse interesse deforma a política, visto anular a qualidade básica da

22 ARENDT, 1998.

23 CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**. Viçosa: Ultimato, 2002.

pluralidade, que se neutraliza pela introdução do conceito de parentesco.

2. EVANGÉLICOS: SIGNIFICADO E O CAMINHO NOS TRILHOS DA POLÍTICA

2.1. EVANGÉLICOS: SIGNIFICADO E POSICIONAMENTOS POLÍTICOS

Iacomini chama a atenção para o significado da expressão evangélico, destacando que é amplamente heterogêneo o seu uso. A origem está firmada no movimento reformista que se intitulou como evangélico a maneira de se diferenciar da Igreja Católica. Outra linha de pensamento é atinente aos protestantes que ao chegarem no Brasil, foram massivamente influenciados pelos missionários estadunidenses e britânicos, que costumavam usar a palavra *evangelical* traduzida para o português como evangélico, como uma referência ao movimento dos avivamentos ocorridos nos séculos XVIII e XIX que consistiu no perdão de deus e na regeneração pessoal por meio da fé. Que correspondia as experiências emocionais com Deus, ou seja, sinais da conversão do indivíduo. Fatos que marcaram a expansão da fé protestante no Brasil, o termo evangélico recebeu influência desses movimentos.²⁴

A comunidade evangélica há tempos vive endocentrada em uma subcultura, consciência de uma minoria. O autoisolamento que afeta potencialmente a capacidade de suggestionar a sociedade com seus ideais, seja: i) pelas limitações constitucionais colocadas na época do império, classificando-os como pessoas de segunda categoria e ii) a discriminação imposta pela

24 IACOMINI, F. **Evangélicos no Brasil**: como uma minoria invisível se transformou num agente de transformação social e política. São Paulo: Gazeta do Povo, 2020.

sociedade, clero romano e até mesmo por autoridades nos momentos iniciais da primeira república, iii) a pobreza e o baixo grau de instrução dos primeiros crentes, iv) a mentalidade de frustração e limitações em se fazer presente no imaginário das minorias, v) o desconhecimento da história da igreja, principalmente dos predecessores do comportamento político em outros países e época diferentes.²⁵

Tomando como exemplo o Brasil, existe a formação de um novo cenário, no qual a religião tem uma função importante. A consolidação de uma nação plural do ponto de vista religioso, como um equilíbrio entre protestantes e católicos, sem clareza majoritária. A associação de lideranças de igrejas evangélicas e grupos políticos conservadores que contribuiu nos resultados das últimas eleições, Poderá contribuir para uma diminuição no crescimento do número de novos crentes. Entende-se que estar associado à política pode significar constrangimentos para a mensagem religiosa, porém verifica-se que a participação está sendo muito intensa e visceral.²⁶

Cavalcante descreve que a visão da igreja local como um feudo, acrescentado a um individualismo extremo, indiferente ao associativismo, e afastado da ética protestante, o que limita as oportunidades de influência. A participação de cristãos no universo da política, vincula-se aos atributos: i) individualismo em seu campo de atuação, ii) inaptidão ética e científica, iii) descompromisso com a comunidade da fé, iv) acríticos sobre os acontecimentos e problemas globais, v) imediatismo de atitudes e rotina das coisas, vi) assistencialismo e vii) clientelismo, viii) acompanham líderes, partidos e ideologias, sejam elas de direita ou esquerda.²⁷

Aos olhos do restante da sociedade, parece que todos os crentes querem impor seus padrões ao restante da sociedade. O que resulta em uma reação que, frequentemente, é justificável.

25 CAVALCANTI, 2002.

26 IACOMINI, 2020.

27 CAVALCANTI, 2002.

As pessoas pensam que, se você é cristão, deve tentar tornar o divórcio mais difícil para todo o mundo. O que muitos temem é que um Brasil de maioria evangélica poderia, por força da manipulação política de pastores e outros líderes, adotar uma legislação moral mais hermética. Mesmo que isso não ocorresse, poderia se implantar algum tipo de patrulhamento nesse sentido. Na verdade, a capacidade dos políticos evangélicos criarem leis amplas sobre temas morais polêmicos tende a ser baixa, por causa da diversidade de opiniões dentro do próprio ambiente protestante, que compromete sua mobilização.²⁸

O ensinamento de todo evangelho deve incluir também o que a Bíblia diz a respeito de um governo civil. Isso significa que os cristãos aprenderão na Bíblia sobre como orientar os governos de forma positiva. A inserção do cristão na política compreendido como um benefício espiritual, consolidado no entendimento de que se esta inserção está firmada no que Deus nos ensina nas escrituras, a resposta é lógica, sim. Pois, agrada a Deus, em conformidade com 1 João 5.3 – Porque o amor de Deus está nisto: em guardarmos seus mandamentos. Cumprir os mandamentos de Deus referente ao governo é um modo de mostrar amor por ele.²⁹

Iacomini entende que os evangélicos não tiverem uma atuação política, será difícil mudarem o país, ainda que se tornem maioria. E quando se trata de discutir o papel da Igreja (ou seja, do conjunto de todos os crentes em Jesus Cristo) ou das igrejas (quer dizer, de cada uma das igrejas locais e denominações) na arena política, as opiniões são as mais diversas. Há, por um lado, certa desconfiança em relação à forma como a política é, tradicionalmente, exercida, na verdade, os crentes já foram muito enganados por políticos que não tinham qualquer compromisso com valores ou ações do povo evangélico.³⁰

28 IACOMINI, 2020.

29 GRUDEM, 2010.

30 IACOMINI, 2020.

Os evangélicos passaram a ganhar maior visibilidade política a partir de 1986, quando foram eleitos os membros da Assembleia Nacional Constituinte. A nova estratégia consistia no pratica de evitar o envolvimento com a política partidária, até então vigente na maioria das denominações. Ela partia da observação de que havia candidatos que se apresentavam como amigos, prometendo apoios de todo tipo. A atuação deles no Parlamento, entretanto, em nada se aproximava do público crente, em especial quando se referia às emendas orçamentárias e destinação de recursos públicos para projetos importantes em áreas como a ação social. Essa lógica resultou, tempos depois, no aparecimento e fortalecimento da “bancada evangélica”, como têm sido chamadas as frentes parlamentares que agrupam políticos alinhados às igrejas, principalmente na esfera federal. Trata-se de uma consequência natural do crescimento.³¹

Grudem destaca que muitos relutem e afirmem qual o motivo de buscar melhorias em governos, se a própria Bíblia descreve que haverá perseguições no fim dos tempos, antes da volta do salvador. E os governos se tornarão cava vez mais anticristãos, de acordo com Mateus 24.9-12,21-22 e 2 Timóteo 3.1-5. Mas não sabemos quando será a volta de Cristo e tampouco esses se darão esses acontecimentos, em conformidade com Mateus 24.36. Como cabe anunciarmos todo o propósito de Deus, Atos 20.27 e realizarmos as boas obras Efésios 2.10 e amarmos o próximo como a nós mesmo, ou seja, devemos exercer de forma efetiva influenciar positivamente os governos, enquanto for possível. E não nos entregarmos a um pensamento derrotista e fatalista e a desobedecermos aos mandamentos de Deus que nos orienta as formas que devemos viver.³²

A perda numérica nos ambientes católicos deu lugar a um processo de diversificação religiosa, em que grandes porções da população se converteram à fé evangélica (pentecostal, prin-

31 IACOMINI, 2020.

32 GRUDEM, 2010.

cipalmente) ou passaram a professar-se sem religião. Não há como afirmar que os evangélicos irão ultrapassar os católicos ou se haverá um equilíbrio entre esses dois grandes grupos. Há a tendência, consolidada em outros países e, possivelmente, em processamento no Brasil, de fortalecimento de um núcleo católico praticante.³³

Necessário se faz enfatizar que os evangélicos aprestam os seguintes posicionamentos políticos:

i) **conservadores** – esse pode ser considerado um tipo de ação majoritária entre os evangélicos. Verifica-se muitas maneiras de ser conservador entre os evangélicos, podem ser fundamentalistas ou hermeneutas, de confissão Pentecostal, neopentecostal ou protestante. Mas geralmente resistem às mudanças e costumeiramente silenciam diante do extremismo. E não se sentem representados pelos políticos e líderes religiosos de comportamento extremista.³⁴

ii) **extremistas** dos políticos evangélicos, são comportamentos efetuados por lideranças da frente parlamentar evangélica no Congresso Nacional, seja por pastores midiáticos que possuem uma grande ampla em programas de rádio e TV, e são reconhecidos pelo público por utilizarem uma narrativa de intolerância religiosa como forma de se promoverem em suas igrejas, práticas intolerantes a tudo e que não são condizentes com a leitura das Sagradas Escrituras. As ações extremistas também se destacam por atitudes intolerantes e violenta relacionadas às diferenças. O comportamento desses atores é direcionado ao propósito de garantir ou obter a dominância das crenças e valores de seu grupo religioso em seu contexto social. Buscam incessantemente aos consensos e enfatizam que a democracia é o governo da maioria, porém não de todos. E a lógica de que

33 IACOMINI, 2020.

34 VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite; LIU, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2017.

vitória será do mais forte.³⁵

iii) **progressistas**, caracterizam-se por defenderem as minorias, e por ter um posicionamento contrário aos extremistas e conservadores nos espaços públicos e na política. Os progressistas são na maioria hermeneutas que fazem uma leitura histórica localizada na Bíblia, lutam pela defesa e garantia dos direitos humanos para as minorias. Muitos são independentes que atuação em blogs e sites, que são utilizados com o propósito de criticar o extremismo e o conservadorismo evangélico. E a busca por essas formas de divulgação de ideias pelas mídias ocorre pelo fato de não contarem com o apoio denominacional.³⁶

2.2 EVANGÉLICOS NOS TRILHOS DA POLÍTICA

A história demonstra que se a igreja estivesse se limitando apenas ao evangelismo e não à política, não teria realizado mudanças de grande valia para as nações. Essas mudanças ocorreram pela razão de que muitos cristãos compreenderam a necessidade de influenciar de forma positiva nas leis e governo, e com isso estariam obedecendo aos mandamentos de Deus, de acordo com Mateus 5.16: “*assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está no céu*”.³⁷

A bancada evangélica por muito tempo tem decepcionado seus eleitores. Enquanto são candidatos defendem uma ética cristã, mas muitos aos se elegerem, passam a vivenciar a corrupção, além de alguns se envolverem em manipulações eleitorais, escândalos e a baixa capacidade de apresentar projetos relevantes para o benefício da sociedade. Atitudes dos políticos evangélicos é reflexo da limitada instrução e o baixo nível moral das igrejas em geral, que raríssimas vezes disciplinam os infra-

35 VITAL CUNHA; LOPES; LUI, 2017.

36 VITAL CUNHA; LOPES; LUI, 2017.

37 GRUDEM. 2010.

tores, concretizando que na essência dos que praticam tais atos, não passaram pela conversão.³⁸

A visão unilateral de que os cristãos devem se dedicar ao evangelho e não a política é uma forma incorreta de interpretação do que realmente é significativo para Deus, como apenas as coisas espirituais e não materiais deste mundo não fosse importante para Ele. Esse posicionamento equivale ao ponto de vista filosófico conhecido por platonismo e até mesmo a um desvio da fé cristã conhecido como gnosticismo, que não tem base bíblica. As circunstâncias reais da vida física e material das pessoas nesse mundo. Destaca-se que amarás o teu próximo como a ti mesmo, deve ser compreendido de forma ampla, em todos os aspectos da sociedade. Pois Deus criou a igreja, assim como os governos para que o mal fosse contido, de acordo com 2 Coríntios 5.17, uma das maneiras de conter o mal no mundo, é pela transformação do coração das pessoas quando passam a crer em Cristo com seu único salvador, assim como Deus utiliza o governo civil para conter o mal, pelo fato de muitos não serem em Cristo como seu salvador e não lhe obedecem totalmente.³⁹

O pós-modernismo tem afetado vertiginosamente os evangélicos, mesmo que a salvação seja individual a preocupação do evangelho está passando nesse âmbito, para o individual. Jesus no conhecido Sermão do Monte determinou que seus discípulos, período antecedente a fundação da igreja, que fossem como luz do mundo com a prática de boas obras. Hoje representa para cada cristão o combate da cosmovisão corrupta inserida no meio político, via missão profética da igreja, fazer valer a religião como um elemento determinante na esfera pública.⁴⁰

Kayser descreve sobre o dever dos cristãos participarem do processo políticos e não se comportarem de forma passiva.

38 SCHACH, V. A. A importância do sagrado na política, in: GROSS, E.; et al. **Religião, política e poder na América Latina**. São Leopoldo: EST, 2012.

39 GRUDEM, 2010.

40 SCHACH, 2012.

Apresenta alguns motivos da aversão dos cristãos a esse dever: i) política é suja: muitos cristãos a compreendem dessa forma, porém desconhecem que uma parte significativa do Velho Testamento é direcionada a política, e até em alguns personagens no Novo Testamento, em Lucas 3.14, João questiona o comportamento ético de Herodes. Pretendia com isso limpar a política. No livro de Mateus 5, descreve que se não formos sal e luz do mundo não serviremos para nada, a não ser para sermos jogado fora. Há uma mensagem expressiva, ou a Igreja se posiciona, ou os humanistas farão. E um dos motivos que torna a política suja, é porque os cristãos se afastaram dela.⁴¹

Kayser destaca que muitos cristãos utilizam do escapismo para não participarem do processo político, alegando que: i) a cidadania cristã está localizada apenas no céu, e é um dever retirar essas pessoas da terra. Porém não questionam Paulo ter solicitado a cidadania celestial, porém não se sentiu constrangido em usar sua cidadania romana de acordo com Filipenses 3 e Atos 19.37-39. O fato marcante é que a cidadania celestial se compreendida de forma adequada terá grande repercussão na cidadania terrena, ii) O reino de Deus não é deste mundo: é certa essa frase, a palavra deste tem o sentido de que o reino de Deus não é derivado deste mundo, e sim do Céu. Porém devemos entender que na oração de Cristo, há a seguinte petição, venha o teu reino, faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu. Fundamento esse que contrariam as pretensões escapistas.⁴²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A religião e a política serviram como forma de expansão dos evangélicos sejam no aspecto de orientação espiritual, ou como influência dos valores cristãos no Estado. Mesmo que os autores tenham afirmado o envolvimento de muitos evangélicos

41 KAYSER, Phillip. **Cristãos de volta à política**. São Paulo: Monergismo, 2018.

42 KAYSER, 2018.

em atos que não condizem com os ensinamentos e mandamentos de Cristo aos seus seguidores. Principalmente o de amar o próximo como a si mesmo. Não tendo a atitude de se apropriar dos bens coletivos, com a finalidade de usufruir do que de fato pertence ao coletivo.

Os evangélicos ocupam cada vez mais espaços no campo político, mesmo que ainda exista muita resistência por parte dos membros de igreja compreendam a política como algo sujo, ou até mesmo se prevalecem do escapismo para não participarem do processo político, por entenderem que o reino de Deus está no céu.

A política foi observada como uma grande oportunidade para os evangélicos se envolverem e influenciar possíveis parceiros políticos a modificarem suas condutas e com isso garantirem melhores condições de vida e na elaboração de leis mais justas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah et al. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CARSON, Donald A. **A intolerância da tolerância**. Tradução de Érica Campos. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**. Viçosa: Ultimato, 2002.

FIGUEIREDO, Nestor. Sobre a definição de religião: historiografia, críticas e possibilidades. **REVER-Revista de Estudos da Religião**, v. 19, n. 2, p. 271-294, 2019.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da Religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.

GRUDEM, Wayne A. **Politics according to the Bible: A comprehensive resource for understanding modern political issues in light of scripture.** Zondervan, 2010.

IACOMINI, F. **Evangélicos no Brasil: como uma minoria invisível se transformou num agente de transformação social e política.** São Paulo: Gazeta do Povo, 2020.

KAYSER, Phillip. **Cristãos de volta à política.** São Paulo: Mobergismo, 2018.

LEVINE, Daniel H. **Religion and Politics in Latin America: The Catholic Church in Venezuela & Colombia.** Princeton University Press, 2014.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância (1689).** Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade.** v.32, n.2, p.29-56, 2012.

PRANDI, G.; FILORAMO, G. **As ciências das religiões.** São Paulo: Paulus, 2016.

RAUSCHKOLB, Alan Santana; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. On the Limits Between Religion and Politics: Contributions of John Locke for Thinking the Present. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas,** v. 28, n. 1, p. 18-30, 2018.

SCHACH, V. A. A importância do sagrado na política, in: GROSS, E.; et al. **Religião, política e poder na América Latina.** São Leopoldo: EST, 2012.

STOREY, John Woodrow; UTTER, Glenn H. **Religion and politics: a reference handbook.** ABC-CLIO, 2002.

VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite; LIU, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2017.

VOEGELIN, E. **As religiões políticas.** São Paulo: Veja, 2002.